

MEMÓRIA, ORALIDADE E MUDANÇA SOCIOLINGUÍSTICA EM UMA COMUNIDADE MULTILÍNGUE BRASILEIRA

MEMORY, ORALITY AND SOCIOLINGUISTIC CHANGE IN A MULTILINGUAL BRAZILIAN COMMUNITY

Elisa Battisti

Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pesquisadora 1-D do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.

Submetido: 14 de maio de 2021
Aceito: 03 de outubro de 2021
Publicado: 17 de novembro de 2021

MEMÓRIA, ORALIDADE E MUDANÇA SOCIOLINGÜÍSTICA EM UMA COMUNIDADE MULTILÍNGUE BRASILEIRA

Elisa Battisti¹

Resumo: O artigo examina trechos de entrevistas sociolinguísticas (Labov, 1972) com o objetivo de esclarecer princípios sócio-históricos e ideológicos que dirigem mudanças linguísticas e sociais em comunidades multilíngues.² Narrativas, explicações e opiniões são consideradas construções sociodiscursivas da memória social (Votre, 2002), analisadas na perspectiva sociolinguística do posicionamento (*sociolinguistics of stance* em inglês, cf. Jaffe, 2009) como posturas dos interlocutores em relação um ao outro e aos fatos abordados. A comunidade em questão, São Braz, situada na zona rural do município de Caxias do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, foi fundada por imigrantes italianos no final do século XIX. Como outras comunidades de perfil similar, apresenta um quadro de declínio geracional no uso das línguas de imigração italianas (Bovo, 2004) em favor da língua majoritária, o português. A análise sociolinguística dos posicionamentos de informantes do Banco de Dados de Fala da Serra Gaúcha (Battisti e Lembi, 2004) sobre um evento coletivo – a demolição de uma igreja católica – autoriza a relacionar a mudança linguística e a destruição do patrimônio material ao pragmatismo do *habitus* campesino italiano (Zanini, 2006), na base da ítalo-brasilianidade local, negociada e atualizada ao longo da história dos imigrantes e seus descendentes no Brasil.

Palavras-chave: memória; oralidade; identidade étnica; línguas de imigração italianas; ítalo-brasilianidade.

¹ Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pesquisadora 1-D do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil. <https://doi.org/10.53930/348525>

² No presente artigo, usa-se o termo ‘multilinguismo’ em referência à comunidade de fala, não aos sujeitos falantes e a sua proficiência individual em diferentes línguas. Esse uso do termo está de acordo com o quadro de referência sobre línguas, educação e políticas linguísticas do Conselho Europeu (*Council of Europe*, Strasbourg, <https://www.coe.int/en/web/language-policy>, acesso em 12/07/2021). Por exemplo, no documento *From linguistic diversity to plurilingual education: guide for the development of language education policies in Europe*, de 2007 (disponível em <https://rm.coe.int/16806a892c>, acesso em 12/07/2021), encontram-se as seguintes definições de ‘multilinguismo’ e ‘plurilinguismo’ à página 8: “*multilinguismo* refere-se à presença em uma área geográfica, grande ou pequena, de mais de um ‘variedade de língua’, ou seja, ao modo de falar de um grupo social, seja ou não formalmente reconhecido como língua. Em tal área, os indivíduos podem ser monolíngues, falando apenas sua própria variedade; *plurilinguismo* refere-se a línguas não como objetos, mas do ponto de vista de quem fala. Refere-se ao repertório de variedades de língua que muitos indivíduos usam e é, portanto, o oposto do monolingüismo: inclui a variedade de língua referida como ‘língua materna’ ou ‘primeira língua’ e qualquer número de outras línguas ou variedades. Assim, em algumas áreas multilíngues, alguns indivíduos podem ser monolíngues e alguns podem ser plurilíngues.” Tradução nossa.

MEMORY, ORALITY AND SOCIOLINGUISTIC CHANGE IN A MULTILINGUAL BRAZILIAN COMMUNITY

Abstract: The article examines excerpts of sociolinguistic interviews (Labov, 1972). The aim is to clarify sociohistorical and ideological principles that drive linguistic and social changes in multilingual communities. Narratives, explanations and opinions are considered socio-discursive constructions of social memory (Votre, 2002), analyzed from the sociolinguistic perspective of stance (Jaffe, 2009) as interlocutors' positioning with respect to each other and to the facts discussed. The community in question, São Braz, located in the rural area of the municipality of Caxias do Sul, in the state of Rio Grande do Sul, Brazil, was founded by Italian immigrants in the late nineteenth century. São Braz presents generational decline in the use of Italian immigrant languages (Bovo, 2004) in favor of the majority language, Portuguese. The analysis of the narrative and the opinion excerpts of different interviewees from the Serra Gaúcha Speech Database (Battisti and Lembi, 2004) about a collective event – the demolition of a Catholic church – allows us to relate the linguistic change and the destruction of the material heritage to the pragmatism of the Italian peasant *habitus* (Zanini, 2006), on the basis of the local Italian-Brazilian identity negotiated and updated throughout the history of immigrants and their descendants in Brazil.

Keywords: memory; orality; ethnic identity; Italian immigration languages; Italian-Brazilianity.

INTRODUÇÃO

Em estudo anterior (Battisti e Lembi, 2004), defendemos que entrevistas sociolinguísticas, o método clássico de obtenção de dados de fala em estudos de variação e mudança linguística (Labov, 1972), fornecem material relevante para estudos culturais, especialmente aqueles que se apoiam em depoimentos pessoais orais para registrar a história e a percepção de aspectos sociais do ponto de vista do indivíduo. Tal material constitui-se de narrativas, explicações e opiniões que podem ser consideradas, conforme Votre (2002), construções sociodiscursivas da memória social.

O presente artigo explora uma possibilidade de análise dessas construções. Examina trechos de entrevistas na perspectiva sociolinguística do posicionamento (do inglês *sociolinguistics of stance*, conforme Jaffe, 2009),

que leva em conta os significados que se constroem, na interação pela linguagem, a partir da relação das pessoas com o que elas dizem e com seus interlocutores, isto é, a partir do que Kiesling (2009) denomina posicionamento epistêmico e posicionamento interpessoal, respectivamente. O objetivo da análise nessa perspectiva é esclarecer princípios sociohistóricos e ideológicos que dirigem mudanças linguísticas e sociais em comunidades multilíngues, como se observa em São Braz, comunidade aqui tratada, situada na zona rural do município de Caxias do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil (Figura 1).

Figura 1: Localização de São Braz (ponto vermelho) no município de Caxias do Sul, estado do Rio Grande do Sul, Brasil



Fonte: Google Maps

A exemplo de outras comunidades rurais da Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul (doravante RCI, conforme Frosi e Mioranza, 1983), São Braz foi fundada por imigrantes italianos no período compreendido entre 1875 e 1914³, quando o governo do Rio Grande do Sul desejava ocupar terras públicas desabitadas ao norte do território e diversificar a economia, então basicamente marcada pela pecuária extensiva.

³ De Boni e Costa (1982) estimam que entre 80 e 100 mil italianos entraram no Rio Grande do Sul nesse período.

Para tanto, promoveu a imigração italiana⁴ e a organizou num sistema de pequena agricultura familiar. As sete colônias criadas na RCI, uma delas a Colônia Caxias, receberam sobretudo agricultores, oriundos de diferentes regiões da Itália, falantes de dialetos italianos distintos, que se organizaram em pequenas comunidades a partir das vilas, hoje a zona urbana das cidades, onde ficava a administração (luso-brasileira) da colônia. “Longe dos centros luso-brasileiros, os colonos continuaram a usar normalmente sua língua de origem, e foi só lentamente⁵ que o português foi se infiltrando, a partir das vilas.” (De Boni e Costa, 1982, p. 83).

Desse modo, a fala dialetal italiana esteve em harmonia com o contexto das comunidades rurais, de escassa mobilidade diatópica e diastrática [...], de precários e esporádicos contatos com o mundo urbano. As comunidades de fala da RCI eram, no passado, tipicamente rurais. Hoje, porém, elas não possuem essas características. Os habitantes têm permanente contato com as pessoas dos centros urbanos e de outras comunidades de fala urbanas. As falas dialetais italianas foram sendo abandonadas na medida em que as comunidades rurais foram se

⁴ Conforme De Boni e Costa (1982), a emigração de italianos ao Brasil relaciona-se à unificação italiana, alcançada em 1870, que alterou os meios de produção e levou à miséria especialmente as populações rurais. Agentes de emigração atuavam na Itália, com conhecimento das autoridades, na promoção do processo. No caso do Rio Grande do Sul, as vantagens oferecidas pelo governo aos colonos italianos foram a possibilidade de compra dos lotes de terra a eles destinados pelas autoridades locais, com facilidade de pagamento (à vista ou num prazo de 5 anos, sem juros), auxílio de viagem e de hospedagem e deslocamento nos primeiros tempos em solo brasileiro.

⁵ A afirmação dos autores sobre a lentidão no ingresso do português nas colônias da RCI diz respeito principalmente ao período compreendido entre a fundação das colônias (a partir de 1875) e 1938, ano em que, durante o Estado Novo (no governo do presidente Getúlio Vargas) e conforme a determinação do Decreto Federal nº 406 de 04 de maio, conhecido como “Lei da Nacionalização”, extinguem-se as escolas estrangeiras no Brasil. Vale dizer: tal Decreto determinou que “todo o ensino fosse em língua portuguesa, que todos os professores e diretores fossem brasileiros natos, que nenhum livro de texto, revista ou jornal circulasse em língua estrangeira nos distritos rurais e que o currículo escolar deveria ter instrução adequada em História e Geografia do Brasil. Proibia o ensino de língua estrangeira a menores de 14 anos e ordenava que se desse lugar de destaque à bandeira nacional em dias festivos, rendendo-se homenagem à mesma.” (Kreutz, 1991, p. 154). Assim, em 1938, o Decreto deu fim ao lento processo de ingresso do português na RCI. Em termos políticos, condicionou a abrupta adoção do português, especialmente pelos jovens em idade escolar.

desenvolvendo e se urbanizando. No contexto sociolinguístico da RCI, a morte dos dialetos italianos tem sido gradativa, vem se processando, sem exceções, sem retorno a períodos de fala anteriores. (Frosi, 2016, p. 247).

A comunidade em questão, São Braz, pode ser considerada multilíngue no sentido de que entre seus habitantes há monolíngues-português e bilíngues português-língua de imigração⁶ italiana, sendo que a sociedade brasileira como um todo é multilíngue. As línguas de imigração italianas são localmente denominadas “dialetos italianos”, ou simplesmente *talian*. Os bilíngues português-*talian* ativos (falam e compreendem ambas as línguas) são, em sua maioria, idosos. Os bilíngues passivos (apenas compreendem, não falam *talian*) estão na meia-idade. Os jovens são, em geral, monolíngues-português. Ou seja, como em outras pequenas comunidades rurais da RCI, São Braz apresenta declínio geracional no uso das línguas de imigração italianas (Bovo, 2004) em favor da língua majoritária, o português. A hipótese explorada neste artigo é a de que esse processo de *language shift*, ou mudança por substituição de língua em comunidades de fala de línguas em contato acompanhe mudanças socioeconômicas ocorridas na própria comunidade, por sua vez assentadas numa certa lógica prática (Bourdieu, 1990) e em ideologias linguísticas locais.

O fato aludido nos trechos de entrevista aqui analisados é a demolição da igreja de São Braz, ocorrida no ano de 2000. Por essa razão, o artigo trata, a seguir, de religião e religiosidade dos imigrantes italianos e a função social das capelas nas comunidades rurais. Depois, esclarecem-se as entrevistas sociolinguísticas de que foram retirados os trechos em exame e os pressupostos da sociolinguística do posicionamento, teoria em que a análise se fundamenta, para então passar à análise propriamente dita e às considerações finais do trabalho.

⁶ Como Altenhofen e Margotti (2011), usa-se neste artigo o termo *língua de imigração* para designar línguas como os dialetos italianos falados pelos imigrantes, originadas fora do país (são alóctones) e minoritárias no Brasil.

RELIGIÃO, RELIGIOSIDADE E A FUNÇÃO DAS CAPELAS NAS COMUNIDADES RURAIS FUNDADAS PELOS IMIGRANTES ITALIANOS NA RCI

A maior parte dos imigrantes era católica. De acordo com De Boni e Costa (1982), eles praticavam um catolicismo popular de cunho agrário, caracterizado por um forte ritualismo e no qual “dá-se importância fundamental à presença física nas cerimônias e à realização mecânica dos atos religiosos.” (De Boni e Costa, 1982, p. 123). Peregrinações, procissões e festividades solenes são expressões do catolicismo popular, calcado no gosto pelo movimento e no pragmatismo da fé, alimentada pela preocupação com os problemas imediatos da vida: a saúde, a colheita, os negócios, as intempéries.

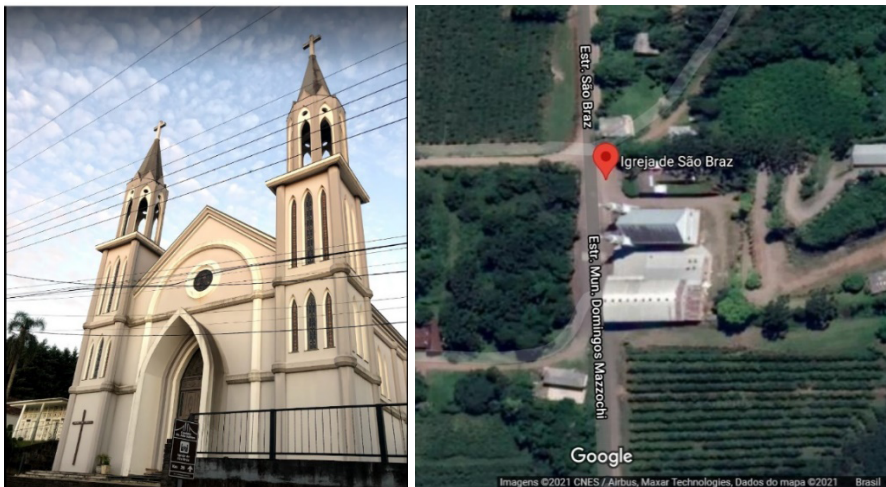
Nesse contexto, as capelas, surgidas numerosa e espontaneamente em toda a colônia italiana por força de combinações entre amigos e vizinhos, considerados sócios das capelas, cristalizavam em torno de si os relacionamentos religioso e social então estabelecidos. Às capelas coube, inicialmente, criar tradições comunitárias como encomendar missas, preparar a catequese para a primeira eucaristia e “principalmente, de ter uma comunidade reconhecida pelos sacerdotes do lugar”. (De Boni e Costa, 1982, p. 144). Todos os membros da comunidade colaboravam na construção das capelas, na perspectiva de que, um dia, pudessem necessitar do socorro da igreja. O terreno era oferecido por um dos sócios e o material, pelos demais.

Escolhia-se um lugar que ficasse central, geralmente no alto, numa colina, para a igreja ser vista de longe e para mais facilmente ser ouvido o repique dos sinos. [...] As primeiras capelas eram construídas de forma mais simples, à semelhança das casas, apenas mais altas, com uma cruz à frente [...] Com o correr dos tempos, as capelas conservaram o mesmo estilo externo, passando da madeira para a alvenaria. Hoje, o estilo das capelas depende muito dos objetivos da comunidade: umas são maiores, porque são aproveitadas simultaneamente para salão. (De Boni e Costa, 1982, p. 145).

Os sócios das capelas escolhiam, entre eles, os responsáveis pela contratação de sacerdotes para a realização de missas, pela organização de festas religiosas e pela administração geral das capelas. Tais responsáveis, denominados “fábriheiros”, passaram a ser lideranças locais. À medida que as festas

criaram e vieram a ser frequentadas por um público maior, oriundo das comunidades do entorno, os salões de igreja aumentaram suas dimensões, criando espaço para ambientes como cozinha, copa, fornos, churrascaria, para armazenamento de alimentos e bebidas, além do salão propriamente dito, com as mesas e um pequeno palco. Na Figura 1, está a imagem da capela de São Braz em 1952, já em alvenaria, mas ainda num prédio pequeno. Na Figura 2, a igreja de São Braz atualmente, construída no local em que ficava a capela, demolida para a construção do novo templo. Percebe-se ao lado da igreja, na imagem de satélite, o grande salão.

Figura 2: Capela de São Braz em 1952 / Fonte: Flickr.com



*Figura 3: Igreja de São Braz em 2021: vista frontal (esq.), imagem de satélite (dir.)
Fonte: Google.maps*

Com o incremento das festas e do salão e o desenvolvimento das próprias comunidades, “começaram, então, os interesses econômicos ao lado da solenidade religiosa.” (De Boni e Costa, 1982, p. 166). Animosidades eventualmente surgidas já quando da escolha do local para a construção da capela acirravam-se, por exemplo, se a copa (ou bodega) do salão e a bodega de um dos sócios passassem a competir. Os trechos das entrevistas aqui analisados giram em torno desse tipo de disputa no que se refere à ampliação da capela de São Braz, que culminou na demolição da capela para a construção da nova igreja.

AS ENTREVISTAS E OS FUNDAMENTOS DA ANÁLISE

As entrevistas de que se extraíram os trechos examinados neste artigo pertencem ao BDSer, Banco de Dados de Fala da Serra Gaúcha (Universidade de Caxias do Sul, Brasil). Trata-se de um acervo de entrevistas sociolinguísticas de quatro municípios da RCI – Caxias do Sul, Antônio Prado, São Marcos, Flores da Cunha.⁷ A natureza das entrevistas, gravadas em áudio e com duração de 40 a 60 minutos, é ditada por seu propósito: captar dados de fala o mais espontânea possível, apesar da presença do gravador e da situação social em si, de interação entre entrevistador e informante. As narrativas de experiência pessoal, que incluem descrições de locais, práticas, fatos de épocas passadas, bem como opiniões e explicações, são eliciadas nas entrevistas conforme um roteiro de perguntas previsto pelo pesquisador, de modo que o informante se envolva mais com o conteúdo, menos com o modo como fala.

⁷ As entrevistas do BDSer são estratificadas obedecendo aos seguintes critérios: zona (rural, urbana), gênero (masculino, feminino), idade (de 15 a 25 anos, de 30 a 45 anos, de 50 a 65 anos, setenta ou mais anos), escolaridade (1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, 1ª a 3ª série do Ensino Médio, Ensino Superior - um ou mais anos). As entrevistas de Caxias do Sul, de interesse neste estudo, ocorreram entre dezembro de 2000 e julho de 2002. Realizaram-se 55 das 64 entrevistas previstas por essa estratificação, fato que se repetiu nos outros três municípios, em função dos critérios observados: por exemplo, não se conseguiu localizar informante do gênero masculino, de 70 ou mais anos de idade, com nível Superior de Escolaridade residente na zona rural de Caxias do Sul.

Embora as entrevistas procurem reproduzir o estilo coloquial de conversação, à produção dos interactantes impõem-se as posições de sujeito entrevistador e sujeito entrevistado, ao mesmo tempo em que, na interação, os falantes podem mobilizar outras posições ou identidades, como as de colegas, conhecidos, vizinhos, por exemplo, o que se revelará nos fragmentos a seguir. Tanto o informante quanto o pesquisador estão cientes da utilização do conteúdo da entrevista para estudos acadêmicos, o que significa que possuem uma ideia da possível distribuição do texto, o que, de alguma forma, exerce censura sobre o dito. Como se verá, o fato de a entrevistadora ser conhecida dos entrevistados afeta as atividades de fala e as interpretações imediatamente disponíveis ao longo da entrevista, o que por sua vez motiva algumas perguntas feitas (ou não feitas!) e reações dos informantes e da entrevistadora, aspectos relevantes para a análise que se empreenderá.

A entrevistadora é a mesma pessoa nos dois excertos aqui examinados. Natural e residente na zona rural de Caxias do Sul, a entrevistadora tinha 24 anos e era estudante universitária à época das entrevistas. Os excertos são retirados de duas entrevistas do BDSer: o Excerto 1 é da entrevista do informante 2 de Caxias do Sul, da faixa etária de 30 a 45 anos, nível primário de escolaridade, agricultor residente à zona rural, na localidade de São Braz. Ele era fabricante da capela de São Braz quando concedeu a entrevista. O Excerto 2 é de uma informante de mesmo perfil, mas de gênero feminino: trata-se da informante 3, faixa etária de 30 a 45 anos, nível Primário de escolaridade, agricultora. Ambos os informantes falam sobre o episódio da demolição da capela da comunidade de São Braz. No Excerto 1 está a narrativa da demolição e dos eventos que a precederam feita por um dos agentes diretamente envolvidos na derrubada. No Excerto 2 está um trecho de opinião sobre o ocorrido, emitida por uma moradora da comunidade. A demolição causou polêmica em São Braz, que se dividiu entre moradores que queriam e não queriam a demolição.

Como Kiesling (2009), reconhecemos o fato de que, nas entrevistas sociolinguísticas, realiza-se um número limitado de atividades de fala, gêneros e formas de participação⁸. Admitimos também, conforme Bourdieu (1977), que o discurso do informante:

⁸ As entrevistas sociolinguísticas labovianas buscam eliciar especialmente narrativas de experiência pessoal, que Kiesling (2009) caracteriza como “longos monólogos”.

deve suas propriedades melhor escondidas ao fato de que ele é o produto de uma disposição semiteórica [...] o discurso do informante, no qual ele se empenha em aparentar ter domínio simbólico de suas práticas, tende a chamar atenção aos ‘movimentos’ mais notáveis, i.e. àqueles mais estimados ou repreendidos, em diferentes jogos sociais [...] não ao princípio a partir de que esses movimentos [...] podem ser gerados e os quais, pertencentes ao universo do ‘não disputado’, permanecem mais frequentemente em seu estado implícito. (Bourdieu, 1977, pp. 18-19).⁹

No entanto, e por isso nos apoiamos na sociolinguística do posicionamento (Jaffé, 2009), acreditamos que as entrevistas sociolinguísticas, como fala “pública” que são – gravadas e oferecidas à escuta por pesquisadores desconhecidos – são exploradas pelo informante para construir ou oferecer certas interpretações sobre os fatos abordados, interpretações essas enraizadas e motivadas sócio-historicamente, mas também atinentes à interação imediata, em andamento na entrevista.

Nas entrevistas, como na comunicação humana em geral, os informantes posicionam-se em relação ao conteúdo do dito e a seus interlocutores. Por exemplo, na situação social que se cria na entrevista sociolinguística, trechos narrativos (gênero discursivo) podem ser usados pelo informante ao responder a uma pergunta (forma de participação na interação) para justificar/explicar (atividade de fala) uma ação antes relatada na conversa.

As atividades de fala na interação são realizadas em turnos que ocorrem em sequência, obedecendo-se a uma organização. Segundo Marcuschi (1998), sequências de dois turnos altamente padronizadas, como pergunta-resposta, formam pares adjacentes ou conversacionais. Em entrevistas, o par adjacente pergunta-resposta é canônico. Entendemos, a partir de Ostermann e Ruy (2012), que em situações sociais como uma entrevista, que estabelece a relação entrevistador-entrevistado, há assimetria nos direitos e deveres dos participantes, isto

⁹ No original: “... owes its best-hidden properties to the fact that it is the product of a semi-theoretical disposition [...] the informant’s discourse, in which he strives to give himself the appearances of symbolic mastery of his practice, tends to draw attention to the most remarkable “moves”, i. e. those most esteemed or reprehended, in the different social games [...] rather than to the principle from which these moves [...] can be generated and which, belonging to the universe of the undisputed, most often remain in their implicit state.” Tradução nossa.

é, no exercício de poder ou de controle alheio aí estabelecido. Responsável pelo primeiro membro do par adjacente pergunta-resposta, o entrevistador controla a distribuição dos turnos de fala e os tópicos abordados na interação. E eventualmente, com perguntas retóricas – aquelas para as quais já sabe a resposta – o entrevistador não apenas testa o conhecimento do participante, mas também chama atenção para certo aspecto, sinalizando um posicionamento.

Nesse sentido, é importante lembrar, como afirma Jaffe (2009), que:

não existe posição completamente neutra nas produções linguísticas porque a neutralidade é em si uma postura. Um exemplo simples: quando escolhemos um verbo de dizer para reportar a fala de outra pessoa, nossas escolhas envolvem posturas em relação a essa fala, de neutralidade (“dito”) à dúvida (“alegado”); cada escolha é definida em contraste com outras opções semânticas. Da mesma forma, a fala não pode ser afetivamente neutra. Podemos, de fato, assumir uma postura de neutralidade afetiva, mas ela será necessariamente interpretada em relação a outras possíveis orientações emocionais que poderíamos ter exibido [na interação]. Posturas epistêmicas e afetivas são socialmente situadas e socialmente consequentes [...] A fala é sempre produzida e interpretada dentro de uma matriz sociolinguística” (Jaffe, 2009, p. 3).¹⁰

Em termos metodológicos, uma forma de apreender o significado construído na interação é identificar sequências de turnos relacionados e examinar o que os participantes fazem nessas sequências, isto é, as atividades de fala¹¹ realizadas pelos interlocutores. Por exemplo, conforme Kiesling (2009), as atividades de fala podem ser:

a) *sociais*: demonstrar comiseração, fofocar, fazer piada, expressar uma opinião pessoal;

¹⁰ No original: “there is no such thing as a completely neutral position vis-à-vis one’s linguistic productions because neutrality is itself a stance. To take a simple example, when we choose a verb of saying to introduce speech represented as another’s, our choices entail stances toward that speech, from neutrality (“said”) to doubt (“alleged”); every choice is defined in contrast to other semantic options. By the same token, speech cannot be affectively neutral; we can indeed convey a stance of affective neutrality, but it will of necessity be read in relation to other possible emotional orientations we could have displayed. Epistemic and affective stances are both socially situated and socially consequential [...] Speech is always produced and interpreted within a sociolinguistic matrix...” Tradução nossa.

¹¹ Neste artigo, ‘atividade de fala’ é o equivalente, em português, ao termo *speech activity* conforme empregado por Kiesling (2009) para referir-se “aos diferentes gêneros e formas de participação na interação gravada.” (Kiesling, 2009, p. 182).

b) *informativas*: apresentar informação especializada, ensinar, perguntar por informação, solicitar conselho, admitir incerteza, alinhar-se ao outro como especialista, compartilhar informações;

c) *gerenciadoras do discurso*: falar sobre o tempo ou o espaço físico, esclarecer o que alguém disse ou o que se tentou dizer, dar espaço para outros falarem.

Assim, na análise feita neste artigo, voltada ao posicionamento ou significados interacionais construídos na entrevista, examinam-se as atividades de fala realizadas ao longo da interação e as formas linguísticas selecionadas pelos interlocutores para tanto, a partir do par adjacente pergunta-resposta. Ganhará luz na análise especialmente a função pragmática da linguagem, isto é, o uso da linguagem pelos participantes ao atuarem um sobre o outro buscando fazer o outro ver “o mundo como o emissor/locutor o vê e o concebe, ou para fazer o destinatário tomar atitudes, assumir crenças e eventualmente desejos do locutor.” (Votre, 2002, p. 99). A análise mostrará, no exercício de memória social realizado pelos informantes na entrevista, que as experiências do passado recuperadas pelos entrevistados são “algo que pode até ter-se perdido no passado, mas que se coloca no presente como questão não resolvida.” (Vieira, Peixoto e Khoury, 2000, p. 43).

ANÁLISE

O Excerto 1 é longo. Nele está a íntegra da fala do Informante 2, na entrevista, sobre a demolição da capela de São Braz, respondendo a perguntas da entrevistadora. Como afirmamos antes, o Informante 2 foi uma das pessoas que efetivamente derrubou o prédio. Percebe-se no excerto o empenho do Informante em posicionar-se eximindo-se da responsabilidade pelo fato, o que é paradoxal. As letras maiúsculas E e I antes de cada turno de fala são as iniciais de Entrevistadora e Informante, respectivamente.¹²

¹² Os nomes de pessoa constantes nos excertos são fictícios, para preservar a identidade dos agentes mencionados nos relatos. Na transcrição, estão entre parênteses segmentos apagados na pronúncia. Barra inclinada representa período truncado. Entre colchetes angulados registram-se palavras truncadas. Sequências de dois pontos após vogais indicam alongamento vocálico. Reticências representam pausas.

Excerto 1

- 1 E: O que mudou na comunidade?
 2 I: Ah ... bastante coisa, né?
 3 E: Por exemplo?
 4 I: Por exemplo, matéria de ... bom eu (es)tava falando, né, matéria de ... salão,
 5 da comunidade, da igreja, que era pequenina, agora não existe mais.
 6 E: O que aconteceu com a igreja?
 7 I: Ah, ... foi derrubada, né?
 8 E: E por que foi derrubada?
 9 I: Ah, foi derrubada por causa do, da teimosia dos cara(s).
 10 E: Será que a igrejazinha pequena não podia fica(r) ali onde qu'ela (es)tava?
 11 I: Podia, podia, até eu era, era membro da diretoria na época, né ...
 12 E: Sim.
 13 I: Inclusive um era, que era da <so->que fazia parte da derrubada da igreja pra
 14 acertar(r) pra não derruba(r) ela, <...> eu, né.
 15 E: Não queria que derrubasse, então?
 16 I: Não queria, nós chegamo(s) a um certo ponto/não aguentava mais, não deu
 17 mais pra aguenta(r), porque as negociações era(m) assim, por exemplo, na
 18 época a gente (es)tava negociando, que era o forte da negociação, nós
 19 fazia(mos) mais ou menos em torno de três reunião por mês ... pra deixa(r)
 20 a igreja, com'ê que queria(m) faze(r), onde era errado, onde era certo.
 21 E: E vocês faziam essas negociações com quem?
 22 I: Co'a família Lupa.
 23 E: A família Lupa, c'os, então, co'a diretoria?
 24 I: Co'a diretoria ... e diversas reuniões com a capela, né, diversas reuniões foi
 25 feita(s) co'a capela ... mas só que a gente acertava num lado ... acertava, por
 26 exemplo, vo(u) faze(r) isso, faze(r) isso, isso, por exemplo, cinco itens, por
 27 exemplo, ah, renova(r) a:: cozinha, tira(r), faze(r) o esgoto cloacal, né, luz, tá,
 28 diversos. Daí tu apresentava isso, nós ia lá, apresentava pra eles, eles
 29 mudavam, aí começar'a dize(r): "Não, aí tem que faze(r), que ergue(r) a
 30 cozinha, tem que faze(r) tudo, tudo assim", como, por exemplo, a estrada de
 31 doze metros, muros lado a lado, ah,
 32 E: A estrada?
 33 I: Estrada, estrada, tudo ao redor, sabe? De doze metros.
 34 E: Ao redor da igreja?
 35 I: Ao redor do quarteirão que eles iam, não é que iam doa(r), eles iam era, eles
 36 iam era aproveita(r) da comunidade, né, valoriza(r) o terreno deles, eles iam
 37 doa(r), mas tinha um certo valor, aí nós fomo(s) no fundo, no fundo ...
 38 peguemo topógrafo, peguemo engenheiro, peguemo arquiteto, peguemo, né,
 39 toda a comunidade junto, pelos gastos que nós ia gasta(r) isso aí, nós
 40 fizemo(s) cálculo pra bota(r) a prime(i)ra pedra da igreja, que foi derrubada,
 41 quatrocentos e sessenta mil reais, pra tu começa(r) a igreja.
 42 E: Do jeito que eles queriam?
 43 I: É, do jeito que eles queriam, quatrocentos e sessenta mil reais, e a
 44 comunidade não suportava isso.
 45 E: Imagina!
 46 I: E até depois um dia, numa festa aí, qu'era festa de São Braz, festa de, não era
 47 de São Braz, festa de São Pedro e Santo Antônio, aí os fabricante(s), era um
 48 dia de chuva, sabe, no dia da festa, chuva, vento, um vendaval, eu acho que,

- 49 se não era uns oitenta quilômetros por hora, andava perto.
- 50 E: E ali é alto, né, o lugar.
- 51 I: É, aí o <pa->, aí começo(u) a missa, né, todo mundo (do) lá de fora, teve gente do Beviláqua, né, aqui que é nossa comunidade vizinha ... né, eles
- 52 começaram a dizer assim: “É, se vocês não, não fizem a igreja nova, eu
- 53 não venho mais na festa, porque aqui é uma vergonha, não viemos mais,
- 54 né, porque...”. O padre veio pra fora com a comunhão, assim, caiu, sabe, que
- 55 o vento levou(u) fora a <comu-> as partículas da comunhão, levou(u) embora.
- 56 E: Capaiz, capaz! Mas não tinha <pa-> o cálice?
- 57 I: Não, (es)tava dentro de uma bandejinha.
- 58 E: Ah!
- 59 I: Levo(u) embora
- 60 E: Ah! E que padre que era, tu lembra?
- 61 I: O Volmar Pison. Aí o pessoal, quando chegou(u) fora da missa, começaram
- 62 <...-> nós, né, que era fabriqueiro(s) e começaram encher o saco: “E
- 63 porque assim não dá mais, vocês têm que criar vergonha e dar um jeito”.
- 64 Aí eles tinham decidido derrubar a igreja eu nem sabia, né.
- 65 E: E quem (é) que decidiu derrubar a igreja?
- 66 I: Os meus colegas da, da diretoria.
- 67 E: Os outros fabricantes, aí?
- 68 I: É, eu disse não, não, não, vamos fazer o(u)tra reunião, com calma,
- 69 vamos falar com eles, não vamos derrubar a <igre-> a igreja não é para
- 70 se(r) derrubada, não é para se(r) derrubada. Vamos lá com calma, vamos
- 71 fazer o(u)tra reunião com eles, vamos ver o que eles dizem. Depois nós
- 72 já tinha ajustado tudo, já, o projeto tudo pronto, sabe? Nós tinha
- 73 concordado com todas o que eles queriam ... aí depois que tinha o projeto
- 74 tudo pronto, assim, nós fomos lá ... mais ou menos pra desmanchar o
- 75 morro aí, a estrada de doze metros, como eles queriam, e tudo, nós ia
- 76 gastar mais ou menos sessenta e sete mil, de sessenta e cinco a sessenta e
- 77 sete mil só pra levar embora a terra.
- 78 E: Meu Deus!
- 79 I: Dali, quando que nós tinha vendido mais ou menos três mil caminhão de
- 80 terra ... que era pra nós baratear o custo, não, aí fizera(m) uma o(u)tra
- 81 reunião e os donos da terra disseram: “Não” ... Eles têm o terreno pro lado
- 82 de ba(i)xo, bem onde tem a vila deles, lá em ba(i)xo, onde que tem a vila aí.
- 83 “Não, a terra vai tudo doada de graça”.
- 84 E: Pra igreja?
- 85 I: Da, aquela que saía da igreja ... mas aí ia tudo lá de graça, nós já tinha
- 86 vendido três mil caminhão.
- 87 E: De terra?
- 88 I: É.
- 89 E: É um baita monte, né?
- 90 I: Sim, imagina só, é incalculável isso aí. Eu disse: “Mas não, Pedro”, eu disse:
- 91 “Não todo o terreno, não é por aí, se, se tu vai querer um caminhão de
- 92 terra” ... tudo, nós só se tinha vendido ela pra baratear o custo. “Não, a
- 93 terra lá de ba(i)xo de graça”. Eu: “Não, Pedro, os sócio(s) não vai
- 94 concordar e não vai e não vão e não vão concordar, entenda, <...->, Pedro,
- 95 não vai de(i)xa(r) nós derrubar a igreja.” Eu disse pra ele: “Pedro, cede um

- 96 pouquinho, faz uma parte bem feita que nós fizemo(s) a nossa parte”. Ele
 97 disse: “Não, eu (es)to(u) doando a terra do jeito que eu quero <...-> vocês
 vão lá sexta-feira, derrubem a igreja”.
- 98 E: Que Pedro, esse?
- 99 I: O Pedro Lupa. Aí nós viemo(s) pra casa e derrubamo(s) a igreja no mesmo
 dia.
- 100 E: De noite, aí?
- 101 I: É, viemo(s) pra casa, saímo(s) de lá de noite, passamo(s) lá e peguemo o, as
 102 escavadeira(s) e viemo(s) aí, chegara(m) aí e derrubamo(s) a igreja. Mando(u)
 103 derruba(r), nós derrubamo(s), agora (es)tão culpando nós.
- 104 E: E o outro dia aí, como é que foi?
- 105 I: A, no outro dia foi pesado, barra pesada, imprensa, todo mundo veio atrás,
 106 mas não fomo(s) nós os culpado(s), foram eles, nós não queria derruba(r) a
 107 igreja, mando(u) derruba(r), nós derrubamo(s), não dava mais pra
 108 aguenta(r), ... não dava mais pra aguenta(r) ... não dava.
- 109 E: Sim, ela era pequena, né?
- 110 I: E depois, ninguém cedia o terreno aí, por que que essa terra não era minha,
 111 hein, por que que <iss->, por que é os <ant-> os antepassados começaram a
 112 igreja aí onde não era pra começa(r) pelo certo, pra todas essas confusões aí,
 113 porque não fizeram na terra dos o(u)tros. Se era pra faze(r) assim, não era
 114 nem pra te(r) começado aí.
- 115 E: É que essa igrejinha, foi doado esse terreno, né?
- 116 I: É uma igrejinha assim, feita assim, ah, na época era assim, né, era um
 117 capitelzinho pra i(r) reza(r) os terço(s) e/
- 118 E: Um capitel, né?
- 119 I: É, e foi indo e foi indo, aí se doeram.
- 120 E: O certo era te(r) feito o(u)tra maior.
- 121 I: Ma(s) não tinha terra, ninguém queria cede(r).
- 122 E: Pra ba(i)xo ali do João, não ia se(r)?
- 123 I: ... de(i)xa assim ((risos))
- 124 E: Na tua opinião, então qual é o local mais bonito aqui de São Braz?

(BDSer 2; pp. 13-25)

O primeiro aspecto a destacar no Excerto 1 é a mudança de comportamento linguístico do Informante após a linha 15. Na linha 1, a Entrevistadora faz uma pergunta constante no roteiro de entrevista, a que o Informante responde de maneira vaga e rápida (linha 2). Esse comportamento do Informante 2 se reproduz nas respostas seguintes (linhas 7, 11, 14), finalizadas com o marcador conversacional “né”, sinalizando a devolução do turno de fala ao interlocutor, o que, por seu turno, indica a resistência do Informante ao tópico proposto pela Entrevistadora. Ela insiste nas perguntas (linhas 3, 6, 8), insis-

tência essa autorizada pelo poder que lhe confere sua posição na situação social de entrevista, até que o Informante afirme que a igreja foi demolida (linha 7). Importante notar que as perguntas nas linhas 6, 8 e 10 são retóricas. Vale dizer, Entrevistadora e Informante abordam um tema conhecido a ambos, haja vista a ausência de preâmbulos ou enunciados introdutórios e o uso de expressões como “os cara(s)” (linha 9). A pergunta da Entrevistadora na linha 10 confirma o conhecimento compartilhado. A modalização da pergunta, iniciada por “Será que”, assinala o cuidado da Entrevistadora na proposição do tópico. A resposta do Informante (linha 11), concordando com a Entrevistadora, mas ainda de forma rápida e vaga, mostra que o Informante ainda não percebe, com clareza, o posicionamento da Entrevistadora perante o fato – ela poderia, por exemplo, estar fazendo uma acusação velada ou encoberta através da pergunta indireta. Na linha 12, o “Sim” enunciado pela Entrevistadora sinaliza sua convergência ao Informante e o encoraja a prosseguir, quando ele, com dificuldade na progressão do tema e na articulação do enunciado (linhas 13 e 14), parece declarar que era uma das pessoas contrárias à demolição. Nesse momento (linha 15), a Entrevistadora parafraseia uma parte do enunciado do Informante e, com isso, mostra como interpreta a afirmação do Informante (ele não queria a derrubada), assim alinhando-se a ele. Em outras palavras, a Entrevistadora dá a entender, na linha 15, que “compra a ideia” do Informante, o que determina a mudança de comportamento do Informante na interação. A partir daí, ele passa a narrar, de maneira mais detalhada, os eventos que culminaram na demolição e, na sua ótica, as motivações para a mesma, de modo a convencer possíveis ouvintes da entrevista de que, de um lado, a derrubada da igreja era necessária, e, de outro, de que ele participou da demolição da capela, embora não quisesse fazê-lo.

A pergunta indireta da Entrevistadora (linha 10) resgata uma possível acusação daqueles contrários à demolição: não teria sido necessário demolir a capela (igreja velha) para construir a igreja nova. O informante trata de, da linha 16 até a 117, relatar a dificuldade nas negociações entre os proprietários da terra onde estava a capela, a família Lupa, e a diretoria da capela, sendo ele um dos membros, e a demolição em si. Nas linhas 16 a 20, o Informante relata que houve um período de negociações entre a diretoria e a família Lupa; nas linhas de 24 a 31, busca exemplificar as dificuldades de atender ao exigido

pela família nas negociações; nas linhas de 35 a 41 e 43 a 44, informa o investimento da diretoria em qualificar o processo de planejamento da construção e, ao mesmo tempo, atender ao exigido pelos Lupa; nas linhas de 46 a 49 e 51 a 56, narra um fato para ilustrar como o tamanho da capela era insuficiente para as demandas do público; nas linhas 62 a 65, trata de registrar que os demais membros da diretoria haviam decidido demolir a pequena igreja sem que ele soubesse; das linhas de 69 a 77, o Informante se apresenta como alguém moderado, que busca aplacar as animosidades nas negociações, e acrescenta novo fato desencadeador de atritos, a construção da estrada em torno da igreja, relatado nas linhas de 79 a 83 e de 90 a 97, para, enfim, chegar à demolição da capela nas linhas 99, e 101 a 103.

Note-se o comportamento da Entrevistadora no decorrer de todas essas atividades interacionais do Informante: ela ou faz perguntas que sinalizam estar acompanhando os relatos e ter interesse neles (linhas 21, 23, 32, 34, 42, 57, 66, 68, 84, 87, 98, 100), às vezes inclusive sobre aspectos não diretamente relevantes ao tema em questão (linha 61), ou produz exclamações (45, 50, 57, 59, 78), ou produz constatações, em enunciados que completam e confirmam o que o Informante afirma (linhas 50, 89, 115, 118). Assim fazendo, a Entrevistadora controla a interação na entrevista, encorajando o informante a falar ou eliciando o depoimento sobre fatos relevantes que haviam ficado de fora do relato, como o fato de a demolição ter ocorrido à noite (linha 100), o que denuncia a clandestinidade da ação; o fato de que, no dia seguinte à demolição, pelo menos parte da comunidade experimentou surpresa e indignação para com a demolição (linha 104); o fato de que o terreno onde se havia construído a capela demolida era uma doação da família Lupa (linha 115). A Entrevistadora inclusive reforça as justificativas fornecidas pelo Informante (linha 109). Ou seja, muito possivelmente pelo papel desempenhado na interação, a Entrevistadora buscou estimular o Informante a falar, ao mesmo tempo em que controlou as atividades de fala propondo tópicos de discussão, levando o Informante a revelar aspectos relevantes sobre a demolição. O Informante, por seu turno, aproveitou para construir uma narrativa da sequência de eventos que culminou na derrubada. Buscou, com isso, levar à melhor interpretação possível de sua participação na demolição: ele efetivou o fato, mas não queria fazê-lo, não sendo, por isso, o responsável moral pela derrubada.

O caráter polêmico da demolição da antiga capela de São Braz revela-se na dificuldade de progressão temática e articulação dos enunciados exibida pela Informante 3 no Excerto 2. Notem-se a curta extensão do excerto e o desconforto da Informante 3 em desenvolver as respostas sobre o tema.

Excerto 2

- 1 E: Tu se lembra, assim, mais ou menos, como era a comunidade uma vez, como
2 ela foi, assim, â, progredindo?
3 I: Isso não, eu acho, o que aumentou aqui foi só, só o salão porque/ ((risos))
4 E: Aumentou o salão.
5 I: É, a igreja, estavam querendo aumentar, e está ainda aí desse jeito.
6 E: O que (é) que tu achaste, assim, ali da igreja, tu achaste certo a derrubada?
7 I: Eu acho assim, que devia tá, que deu uma confusão, mas eu não acho que
8 preservar, eu pra mim <preserv-> claro, tem que deixar, quando tem lugar pra
9 fazer outra, mas como não tinha, tem que, tem que fazer outra, porque o
10 importante, eu o importante, pra mim é, não é o tempo, o importante pra mim
é as pessoas.
11 E: As pessoas.
12 I: As pessoas, pra mim é assim, só que está ruim essas confusões que dão, aí, (es)tá
13 louco! Agora eu acho muito mais feio ficar brigando por uma coisa, nunca que
14 Deus vai estar contente com isso, nem a gente, a gente não se sente bem assim.
15 E: Porque a comunidade fica dividida, né?
16 I: Fica, fica. Depois é assim, as pessoas, â, eu falo uma coisa, a outra já se ofende,
17 tem pessoas que ficam ofendendo, mas não é por aí, tem que se acertar, tem que
18 esquecer o que passou e construir uma nova, maior.
19 E: Maior, né?
20 I: Maior.
21 E: Que caiba mais gente.
22 I: Não é, vai/ Pro futuro tem o que falar. Daí sim, daí vai se(r), vão preservar,
23 porque do jeito que aconteceu, mas se tiver que derrubar pra construir uma
24 maior, pra vir mais gente, eu acho que tem/
25 E: Mas que nem, assim...
26 I: É do jeito que ela (es)tava, dentro ela era, não era mais aquele preservar, sabe,
27 que era uma coisa assim bem antiga. Não era, era simples dentro e não tinha o
que/
28 E: Porque era um capitel, né?
29 I: É, era, uma vez era um capitel, era assim bem pequeno, daí decidiram construir
30 outra maior, mas deve ter em papéis aí, que ela, a mulher disse, falou que, se
31 desse pra construir maior ainda podia construir, não é uma coisa assim que
32 ouvindo as pessoas que sabem, não sei se está em papel, se está, assim, pessoas
33 que sabem como é que foi. Claro que, pra quem queria/ fica sentido quem fez,
34 mas eu acho que ela quem, quem, quem fez a promessa, não, não vai ficar, acho
35 que queria mais que fizesse uma promessa, queria <fa-> que fizesse maior ainda
daí, sempre é progredir, eu acho.
36 E: Sim, na tua opinião, assim, qual é o lugar mais bonito aqui de São Braz?
37 I: (falando rindo) Aqui onde eu moro, pra mim.

(BDSer 3; pp.14-17)

Novamente obedecendo ao roteiro de entrevista, a Entrevistadora inicia o trecho com uma pergunta sobre a comunidade (linhas 1 e 2), a que a Informante 3 responde referindo o salão da igreja e finalizando com risos (linha 3). A Entrevistadora, então, põe o salão em perspectiva ao destacar em forma de eco, da resposta da Informante, o aumento do salão (linha 4), o que sinaliza à Informante que ela deve seguir no tópico. A Informante, então, assente com ‘É’ e entra na temática da demolição da capela, associada ao salão. A Entrevistadora aproveita, então, para abordar a demolição, perguntando à informante sua opinião sobre o ocorrido (linha 6). Note-se a cautela com que a Entrevistadora formula a questão: usa ‘assim’ no meio do enunciado e emprega a flexão verbal de segunda pessoa de singular em português (‘tu achaste’), ocorrência hoje rara no português vernacular, presente apenas em emissões de fala bastante monitoradas. Ou seja, o modo como a Entrevistadora entrega a pergunta à Informante sinaliza que ela tem conhecimento de divergências e opiniões acaloradas sobre a questão na comunidade, o que a auxilia a posicionar-se como pesquisadora que quer saber sobre o tema. O início da resposta da Informante (linhas 7 a 10) é um momento em que ela organiza a fala. A Informante refere ter havido confusão e propõe um tópico não mencionado pela Entrevistadora, a preservação da capela.

A dificuldade da Informante em fazer o tópico progredir associa-se à tensão de lidar com a oposição entre preservar patrimônio *versus* atender às expectativas dos frequentadores do prédio. Nesse ponto, a Informante posiciona-se em relação à questão: “pra mim é, não é o tempo, o importante pra mim é as pessoas.” Interessante nesse momento é a reação da Entrevistadora, que faz eco a ‘as pessoas’ (linha 11), o que sinaliza à Informante para continuar a falar a respeito, explicando sua posição. Na sequência, da linha 12 a 14, a Informante promove uma digressão: em vez de aprofundar o tema das expectativas das pessoas, ela retorna à confusão e invoca Deus para defender a posição de que os membros da comunidade não deveriam brigar a respeito do templo. Na linha 15, a Entrevistadora alinha-se à Informante completando a justificativa para a inadequação das brigas, o que encoraja a Informante a prosseguir. Da linha 16 a 18, a Informante aprofunda seu descontentamento com as disputas em torno da demolição da igreja, aspecto que a Entrevistadora seleciona na linha

19 e a Informante confirma com um eco (linha 20). Isso leva a Entrevistadora a colaborar com a Informante, esclarecendo a razão para aumentar o templo (linha 21), a partir de que a Informante orienta sua atividade de fala entre as linhas 22 e 24: justificar a necessidade de uma igreja maior (para caber mais gente). A Entrevistadora faz um movimento interessante na linha 25: inicia um enunciado de oposição ao que vinha sendo dito (“Mas que nem, assim...”), faz uma pequena pausa e a Informante toma o turno de fala (linha 26) justamente para completar o tópico proposto por ela, o da preservação: não haveria o que preservar da capela antiga porque, dentro, ela era muito simples.

Relevante destacar, nos turnos subsequentes, que a Entrevistadora, à linha 28, repete o comportamento observado à linha 21: alinha-se à Informante e acrescenta um argumento para justificar a posição. Ao fazer isso, refere um elemento ligado à religiosidade na cultura de imigração italiana, o capitel, mencionado também pelo Informante 2 no Excerto 1 (linha 116). De Boni e Costa (1982) explicam que um capitel é uma miniatura da capela, construída em dedicação a um santo de devoção. “O capitel foi sempre inferiorizado e parece ter surgido mais de uma promessa individual [...] Fixava-se em terreno particular de algum devoto, ao contrário da capela, que já demandava terreno próprio da comunidade.” (De Boni e Costa, 1982, p. 147). Vê-se que o que está em jogo na demolição não é apenas a necessidade de espaço para acomodar os fiéis, mas também o *status* do templo que, na interpretação tanto do Informante 2 quanto da Informante 3, estava mais para capitel do que para uma igreja ou capela. Além disso, outro aspecto em jogo refere-se ao terreno onde foi erigido o prédio: particular, não comunitário, como seria necessário para igrejas menores (capelas) ou maiores, por isso as disputas com a Família Lupa, proprietária das terras, querendo algo em troca (benfeitorias e construção de estradas) da permissão para utilização do terreno.

Sendo esse o pano-de-fundo das disputas comunitárias em torno da capela, não é de admirar o desconforto de ambos, Informante 2 e 3, e possivelmente de outros membros da comunidade com a derrubada do templo. A Informante 3 refere, inclusive, a possibilidade de haver documentos referentes a um estudo para aproveitar o prédio antigo numa ampliação do mesmo, sem a necessidade de demolir o templo (linha 29 a 35).

Tanto o relato do Informante 2 – “Mando(u) derruba(r), nós derrubamo(s)” (linha 102 - 103) – quanto as afirmações da Informante 3 – “queria <fa-> que fizesse maior ainda daí, sempre é progredir, eu acho” (linha 35) – evidenciam a operação de uma certa lógica prática que pode explicar o desfecho das disputas na demolição da capela. Embora surpreendentes, as ações relatadas e as afirmações parecem assentar-se em motivações e gostos locais. Zanini (2006) explica que os italianos e seus descendentes reproduziram, no Brasil, elementos do país de origem apenas na medida do possível. “... [eles] se adaptavam ao que era considerado, no conjunto de seus interesses, necessário. Reproduziram em terras brasileiras algo peculiar ao habitus campesino italiano: o pragmatismo.” (Zanini, 2006, p. 144).

Parece estar aí, no pragmatismo do camponês italiano, o porquê de, apesar de toda sua religiosidade, os membros da comunidade terem demolido a capela: era necessário. Isso autoriza a relacionar não só a destruição do patrimônio material, mas também a mudança linguística observada na comunidade ao pragmatismo do habitus campesino italiano, na base da ítalo-brasilianidade local, negociada e atualizada ao longo da história dos imigrantes e seus descendentes no Brasil. A exemplo da capela de São Braz, as línguas de imigração italiana da RCI não vêm sendo transmitidas geracionalmente porque não são mais necessárias às dinâmicas socioeconômicas das comunidades de fala, não pelo que seria um simples desprezo à cultura de imigração.

Ou seja, se existe ideologia linguística em jogo na mudança por substituição de língua em São Braz e outras comunidades brasileiras de perfil sócio-histórico similar – como defendemos que exista - esse conjunto de crenças relaciona-se a um lastro ideológico mais amplo. A análise dos posicionamentos de Informantes e Entrevistadora realizada nos dois excertos revela que esse lastro ideológico corresponde à lógica prática do camponês italiano transplantada para o Brasil, a do pragmatismo, que se exibiu no artigo em torno de questões sociorreligiosas e se pode estender à situação sociolinguística da comunidade investigada, de declínio geracional no uso da língua de imigração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos excertos aqui realizada, voltada aos posicionamentos de Entrevistadora e Informante ao longo da interação pela fala na situação social de entrevista, confirma o que sociolinguistas como Eckert (2000) vêm mostrando em suas pesquisas: a necessidade de integrar procedimentos etnográficos ao estudo da variação e mudança linguística. Não só o exame das formas usadas pelos entrevistados, mas também o exame do componente ideológico partilhado nas comunidades de fala é relevante para explicar mudanças tanto nas comunidades quanto nas línguas. Se o pesquisador não for de uma comunidade vizinha, como no caso da Entrevistadora nos excertos examinados, é importante que ele dispenda um período de observação e convívio com os membros da comunidade para se familiarizar com os informantes antes das entrevistas e para apreender dinâmicas e questões sociais relevantes. Ambos os excertos 1 e 2 mostram que as atividades de fala realizadas pela Entrevistadora foram cruciais para que ela eliciasse certas informações e sinalizasse posicionamentos que levaram os informantes a falar sobre questões delicadas, mesmo diante do gravador.

Em relação ao objetivo do artigo – esclarecer princípios sócio-históricos e ideológicos que dirigem mudanças linguísticas e sociais em comunidades multilíngues – o exame dos posicionamentos dos interlocutores nas entrevistas revela convergência dos informantes a uma certa ideologia, que Zanini (2006) qualifica como pragmática. Tal ideologia volta-se ao que é útil, prático e atende às necessidades das pessoas. Não podemos afirmar que é religiosidade o que falte aos agentes e os tenha levado à demolição do templo para a construção de um maior. Mas podemos afirmar que as demandas dos agentes participantes dos festejos religiosos por um espaço maior somadas ao poder exercido por quem tem a posse da terra levaram ao descuido com o patrimônio material coletivo de São Braz. Da mesma forma, não é possível dizer que as comunidades ítalo-brasileiras desprezam os elementos da cultura da imigração, entre eles o *talian*. Mas pode-se pensar que as comunidades integram-se ao contexto brasileiro realizando o que, para elas, se apresenta como ‘necessário’: usando a língua majoritária, o português, em detrimento das línguas de imigração.

IMAGENS

Figura 1: Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Estr.+S%C3%A3o+Braz,+Caxias+do+Sul+-+RS/@-29.1451097,-55.5437264,6z/data=!4m5!3m4!1s0x951ebeda96defce5:0xe68b9450d9dea6b1!8m2!3d-29.1451144!4d-51.0613048> Acesso em: 09/06/2021.

Figura 2: Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/fotosantigas-rs/11018136524> Acesso em: 09/06/2021.

Figura 3: Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/29%C2%B009'02.9%22S+51%C2%B003'46.0%22W/@-29.1509327,-51.0626852,3a,75y,90t/data=!3m8!1e2!3m6!1sAF1QipPxEvvjB2QWMT0ko5kxDoeVg9DP743IwxGjrbea!2e10!3e12!6shhttps:%2F%2F!h5.googleusercontent.com%2Fp%2FAF1QipPxEvvjB2QWMT0ko5kxDoeVg9DP743IwxGjrbea%3Dw86-h114-k-no!7i3024!8i4032!4m16!1m10!4m9!1m4!2m2!1d-51.183616!2d-30.0515328!4e1!1m3!2m2!1d-51.0620713!2d-29.1548035!3m4!1s0x0:0x0!8m2!3d-29.1508015!4d-51.0627714> Acesso em: 05/03/2021.

REFERÊNCIAS

- Altenhofen, C. V., & Margotti, F. W. (2011). O português de contato e o contato das línguas de imigração no Brasil. In H. Mello, C. V. Altenhofen, & T. Raso (Orgs.). *Os contatos linguísticos no Brasil* (pp. 289-315). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Battisti, E., & Lembi, C. (2004). BDSer: Corpus lingüístico como acervo de experiências pessoais. *Revista MÉTIS: história & cultura*, v. 3, n. 5, pp. 61-79.
- Bovo, N. M. P. (2004). *A variação da vibrante e o seu valor social*. 157f. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura Regional) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul.
- Bourdieu, P. (1977). *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511812507>
- Bourdieu, P. (1990). *The logic of practice*. Stanford: Stanford University Press, 1990. <https://doi.org/10.1515/9781503621749>
- De Boni, L. A., & Costa, R. (1982). *Os italianos do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: EST/Caxias do Sul: EDUCS/ Porto Alegre: Editora Vozes Ltda.

- Eckert, P. (2000). *Linguistic variation as social practice*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Frosi, V. M. (2016). Os dialetos italianos: um processo de 140 anos. In V. M. Frosi & B. Misturini (Orgs.). *Imigração italiana: Estudos e pesquisas* (pp. 241-277). São Leopoldo: Oikos.
- Frosi, V. M., & Mioranza, C. (1983). *Dialetos italianos: Um perfil linguístico dos ítalo-brasileiros do nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS.
- Jaffe, A. (Ed.). (2009). Introduction: The sociolinguistics of stance. In A. Jaffe (Ed.). *Stance: Sociolinguistic perspectives* (pp. 3-28). Oxford: Oxford University Press.
- Kiesling, S. F. (2009). Style as stance: stance as the explanation for patterns of sociolinguistic variation. In A. Jaffe (Ed.). *Stance: Sociolinguistic perspectives* (pp. 171-194). Oxford: Oxford University Press.
<https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195331646.003.0008>
- Kreutz, L. (1991). *O professor paroquial: Magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Caxias do Sul: EDUCS.
- Labov, W. (1972). *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Marcuschi, L. A. (1998). *Análise da conversação*. 4. ed. São Paulo: Editora Ática.
- Ostermann, A. C., & Ruy, R. (2012). As relações de poder nas consultas ginecológicas e obstétricas. In A. C. Ostermann & S. N. Meneghel (Orgs.). *Humanização, gênero, poder: Contribuições dos estudos de fala-em-interação para a atenção à saúde*. Campinas, SP: Mercado de Letras; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Vieira, M. do P. de A., Peixoto, M. do R. da C., & Khoury, Y. M. (2000). *A pesquisa em história*. 4. ed. São Paulo: Editora Ática.
- Votre, S. J. (2002). Linguagem, identidade, representação e imaginação. In L. M. A. Ferreira & E. G. D. Orrico (Orgs.). *Linguagem, identidade e memória social: Novas fronteiras, novas articulações* (pp. 89-105). Rio de Janeiro: DP&A.
- Zanini, M. C. C. (2006). *Italianidade no Brasil meridional: A construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS*. Santa Maria: Ed. da UFSM.

Direitos Autorais (c) 2021 Elisa Battisti



Este texto está protegido por uma licença [Creative Commons](#)

Você tem o direito de Compartilhar - copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato - e Adaptar o documento - remixar, transformar, e criar a partir do material - para qualquer fim, mesmo que comercial, desde que cumpra a condição de:

Atribuição: Você deve atribuir o devido crédito, fornecer um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer forma razoável, mas não de uma forma que sugira que o licenciante o apoia ou aprova o seu uso.

[Resumodalicença](#) [Textocompletodalicença](#)